



OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: ESTUDO DE CASO DE FLORIANÓPOLIS

THE CHALLENGES OF TEACHING IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC: FLORIANÓPOLIS CASE STUDY

LOS DESAFÍOS DE LA ENSEÑANZA EN EL CONTEXTO DE LA PANDEMIA DEL COVID-19: ESTUDIO DE CASO DE FLORIANÓPOLIS

Vânio Cesar Seemann¹
Geovana Mendonça Lunardi Mendes²

RESUMO

Este estudo de abordagem qualitativa caracterizou-se como estudo de caso, tendo como questão central: qual o “novo” ordenamento das políticas educacionais decorrente da pandemia da Covid-19 no âmbito do ensino fundamental de Florianópolis e seus principais efeitos e desafios para a docência? Destarte, o objetivo foi investigar as políticas educacionais do ensino fundamental no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF), no período pandêmico inicial, e seus principais efeitos na docência. De cunho bibliográfico e documental, a investigação se ancorou na abordagem do *Policy Cycle Approach*, proposto por Ball e colaboradores. Baseando-nos nos contextos analíticos do processo político, mapeamos e analisamos as principais diretrizes, concepções, interesses, tensões e atores que atuaram na arena política no período. As evidências indicam que no contexto da RMEF a implantação das aulas remotas e a criação do Portal Educacional, com o protagonismo dos docentes no seu desenvolvimento, foram as principais medidas adotadas. Tais medidas foram marcadas por tensionamentos políticos e pedagógicos entre diferentes segmentos da sociedade. Nesta tessitura, foi emblemático o engajamento dos docentes na reformulação das práticas curriculares, por meio da reorganização dos tempos e espaços educativos (preponderantemente virtuais) e no uso de artefatos tecnológicos digitais nos processos de ensino e aprendizagem que resultaram em mudanças significativas no âmbito da docência. Diante disto, concluímos ser crucial a criação de um conjunto orgânico de programas educacionais, com financiamento robusto, que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a investigar os efeitos do ensino remoto, forjando uma

Submetido em: 14/04/2022 – Aceito em: 09/08/2022 – Publicado em: 06/10/2022

¹ É Orientador Educacional na Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Doutorando em Educação na linha Políticas Educacionais, Ensino e Formação (PPGE/FAED/UDESC), Mestre em Educação e graduação em Pedagogia - Orientação Educacional. Pesquisador integrante do Observatório de Práticas Escolares (OPE) no PPGE/FAED/UDESC.

² Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora do Observatório de Práticas Escolares (OPE), bolsista produtividade em pesquisa do CNPq e presidente da Anped (2019-2024). É professora titular no quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Brasil.



ciência pedagógica que dialogue com o vivido e que possa subsidiar medidas efetivas em favor do direito à educação.

PALAVRAS-CHAVE: Docência. Políticas Educacionais; Pandemia da Covid-19; Florianópolis.

ABSTRACT

This qualitative study was characterized as a case study, having as its central question: what is the “new” ordering of educational policies resulting from the Covid-19 pandemic in the context of elementary education in Florianópolis and its main effects and challenges for teaching? Thus, the objective was to investigate the educational policies of elementary school within the scope of the Municipal Education Network of Florianópolis (MENF), in the initial pandemic period, and its main effects on teaching. Bibliographic and documentary in nature, the investigation was anchored in the *Policy Cycle Approach*, proposed by Ball et al. Based on the analytical contexts of the political process, we mapped and analyzed the main guidelines, conceptions, interests, tensions and actors that acted in the political arena in the period. Evidence indicates that, in the context of the MENF, the implementation of remote classes and the creation of the Educational Portal, with the protagonism of teachers in its development, were the main measures adopted. Such measures were marked by political and pedagogical tensions between different segments of society. In this context, the engagement of teachers in the reformulation of curricular practices was emblematic, through the reorganization of educational times and spaces (predominantly virtual), and in the use of digital technological artifacts in the teaching and learning processes that resulted in significant changes in the scope of teaching. In view of this, we conclude that it is crucial to create an organic set of educational programs, with robust funding, that articulate teaching, research and extension in order to investigate the effects of remote teaching, forging a pedagogical science that dialogues with the lived experience and that can support effective measures in favor of the right to education.

KEYWORDS: Teaching; Educational Policies; Covid-19 Pandemic; Florianópolis.

RESUMEN

Este estudio cualitativo se caracterizó como un estudio de caso, teniendo como pregunta central: ¿cuál es el “nuevo” ordenamiento de las políticas educativas resultante de la pandemia de Covid-19 en el contexto de la educación primaria en Florianópolis y sus principales efectos y desafíos para la enseñanza? Así, el objetivo fue investigar las políticas educativas de la escuela primaria en el ámbito de la Red Municipal de Educación de Florianópolis (RMEF), en el período inicial de la pandemia, y sus principales efectos en la enseñanza. De naturaleza bibliográfica y documental, la investigación se ancló en el *Policy Cycle Approach*, propuesto por Ball et al. A partir de los contextos analíticos del proceso político, mapeamos y analizamos los principales lineamientos, concepciones, intereses, tensiones y personas que actuaron en la arena política en el período. La evidencia indica que, en el contexto de la RMEF, la implementación de clases a distancia y la creación del Portal Educativo, con el protagonismo de los docentes en su desarrollo, fueron las principales medidas adoptadas. Tales medidas estuvieron marcadas por tensiones políticas y pedagógicas entre diferentes segmentos de la sociedad. En este contexto, fue emblemático el compromiso de los docentes en la reformulación de las prácticas curriculares, a través de la reorganización de los tiempos y espacios educativos (predominantemente virtuales), y en el uso de artefactos tecnológicos digitales en los procesos de enseñanza y aprendizaje que se tradujeron en cambios significativos en el alcance de la enseñanza. Ante esto, concluimos que es crucial crear un conjunto orgánico de programas educativos, con financiamiento robusto, que articulen docencia, investigación y extensión para indagar los efectos de la enseñanza a distancia, forjando una ciencia pedagógica que dialogue con lo vivido. experiencia y que puedan sustentar medidas efectivas a favor del derecho a la educación.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza; Políticas educativas; Pandemia de COVID-19; Florianópolis.

MARCADORES INICIAIS: A TESSITURA DO ESTUDO

A pandemia da Covid-19 pelo coronavírus (SARS-CoV-2), surgida na cidade de Wuhan (China) em fins de 2019, tem representado uma das maiores crises no tempo presente. Enunciada pela ex-chanceler alemã Angela Merkel como “o maior desafio global desde a Segunda Guerra Mundial” (BIERNATH, 2020, s/p), a pandemia foi proclamada pelo presidente francês Macron como um estado de guerra: “Estamos em guerra. Uma guerra de saúde, mas o inimigo está lá. Invisível, escorregadio” (ISTO É, 2020, s/p).

Resguardadas as proporções, os tempos e os lugares históricos, as pandemias têm sido recorrentes na história e têm apresentado alguns aspectos em comum: a) emergência do medo na população; b) adoção da quarentena; c) uso de soluções farmacológicas muitas vezes sem nexos com o conhecimento científico, sobretudo, na sociedade moderna; d) liturgia negacionista das autoridades sobre sua existência, tanto por ser algo desconhecido como pela potencialidade de abalar a economia e os sistemas de saúde; e) incremento da xenofobia; f) disseminação de falsas informações sobre a doença; e g) pandemias afetam mais fortemente os grupos sociais empobrecidos e vulneráveis. (CIMERMAN et al., 2020; SOUZA, 2005; UVJARI, 2011; WERNECK; CARVALHO, 2020).

A ausência de sólido conhecimento científico sobre o SARS-CoV-2, a veloz capacidade de disseminação e letalidade, sobretudo em populações mais vulneráveis, e o negacionismo de governos, como é o caso do Brasil, desenhou um cenário marcado por incertezas e tensões sobre quais as medidas de prevenção e tratamento seriam mais adequadas para combater a pandemia e quem eram os responsáveis por tais ações políticas.

Considerando o setor educacional, podemos concluir que no território brasileiro foi na fase de “mitigação”³ que houve a suspensão das atividades escolares presenciais no ensino fundamental, situação também observada no município de Florianópolis.

É nessa tessitura política, sanitária e educacional que emergiu este estudo de abordagem “qualitativa” (OLIVEIRA, 2007), caracterizado como “estudo de caso” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016; YIN, 2001), o qual foi mobilizado por três questões-chaves: 1) Quais as

³ De acordo com Wernerck e Carvalho (2020), as quatro fases clássicas no enfrentamento da pandemia da Covid-19 são: “contenção” (rastreamento ativo de pessoas vindas do exterior e seus contatantes, visando postergar a transmissão comunitária), “mitigação” (estabelecimento do isolamento vertical com o fechamento das atividades, dentre elas a suspensão das atividades educacionais, com o intuito de diminuir os níveis de transmissão da doença, principalmente, aqueles dos grupos de risco e casos positivados), “supressão” (estabelecimento do isolamento horizontal, mais radical, com a finalidade de postergar a eclosão do número de casos de modo a estabilizar a assistência à saúde e evitar o colapso do sistema hospitalar) e “recuperação” (quando há sinais de involução da epidemia, com número de casos residuais, e tem como foco reorganizar social e economicamente a sociedade).



diretrizes políticas para o ensino fundamental municipal de Florianópolis no contexto pandêmico?; 2) Quais as concepções, interesses, tensões e atores que têm atuado na definição da política educacional municipal e no exercício da docência?; 3) Quais os principais efeitos e desafios do “novo” ordenamento da políticas educacionais na docência?

Sob este lume, o objetivo central foi investigar as diretrizes, concepções, interesses, tensões e atores que vêm atuando na arena política relacionada às redefinições da política educacional no ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF) e seus principais efeitos e desafios na docência, no contexto da pandemia da Covid-19.

O lugar da pesquisa foi o município de Florianópolis, com uma área de unidade territorial de 674,844 km². A população está estimada em 508.826 pessoas, com uma densidade demográfica de 623,69 hab/km² (IBGE, 2020). Segundo estimativas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2019), Florianópolis possui cerca de 97.000 estudantes na educação básica, distribuídos em 365 instituições de ensino, o que representa aproximadamente 19,08% da população. O foco da pesquisa, por sua vez, foi a RMEF que, segundo dados da Diretoria do Observatório de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (SMEF), no ano de 2020 possuía 36 escolas de ensino fundamental que atendiam 17.929 estudantes.

Como procedimentos metodológicos adotamos a “pesquisa bibliográfica e documental” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GHINDANI, 2009) que envolveu a busca e análise de “fontes primárias” e “secundárias” (OLIVEIRA, 2007) que contemporizaram leis, decretos, resoluções, portarias, projetos educacionais, notícias, relatórios, dados estatísticos, manifestações públicas (no *Facebook*, blogs, portais eletrônicos) e estudos nacionais e internacionais correlatos.

Nos percursos desta investigação, considerando o seu delineamento, adotamos os conceitos-chaves da abordagem do *Policy Cycle Approach* (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL, 1994) para analisarmos o processo político e as políticas correspondentes. Nesta perspectiva, partimos do reconhecimento de que as políticas são produções sociais dinâmicas, instáveis, opacas e contestáveis e que estão, inexoravelmente, relacionadas e interconectadas com as práticas sociais, os atores, interesses e disputas que se aninham no jogo político marcado pela complexidade.

Isto posto, é nesta complexidade que são realizadas as leituras ativas dos sujeitos, por meio de processos de “interpretação” e “tradução” (BALL; MAGUIRE; BRAUN 2016) e processos de aceitação e resistência. Com isso, negociações, recombinações e representações são forjadas, a partir dos discursos materializados nas políticas, no esforço de traduzi-las na prática, afetando, consequentemente, as identidades e as profissionalidades. Portanto, o que pretendemos reiterar é o fato de que a docência está intrinsecamente relacionada às políticas educacionais, razão pela qual é imperativo investigá-las como condição *sine qua non* para compreender o atual estado

da docência em termos de suas potencialidades, limites e perspectivas.

Como nos ensinam os postulados do *Policy Cycle Approach*, para analisarmos as políticas educacionais é crucial considerarmos os “contextos” do processo político no intuito de desvelar as dinâmicas e tensionamentos que são travadas e seus potenciais efeitos e resultados na prática. Para tanto, nas análises é imperativo relacioná-los e confrontá-los em virtude das interconexões e relacionamentos que os engendram. Desse modo, os “contextos” são entendidos como arenas políticas nas quais os atores envolvidos no processo político disputam interesses, ideias, concepções e poderes na luta pela hegemonia.

Neste caso, o estudo priorizou as análises sobre o “contexto de influência”, o “contexto de produção de texto” e o “contexto da prática”. O “contexto de influência” é a arena política em que atores disputam a influência na definição de uma política, em cenários formais e informais, quando se definem conceitos, terminologias e discursos para legitimar uma determinada intervenção ou raio de atuação. É o ponto inicial, à grosso modo, de criação de uma política. O “contexto de produção do texto” é a arena política em que o discurso assume a feição de narrativa, assumindo a materialidade de documento escrito e se configurando como representação e expressão da política. Por ser uma arena também marcada por tensões, negociações e alianças por consenso e aprovação, é comum que os textos de políticas sejam marcados por ambiguidades, contradições e hibridismos. Disto deriva o reconhecimento de que neste contexto, é fundamental analisar o texto a partir da intertextualidade, ou seja, captar a sua historicidade por meio da dupla relação: os textos na história e a história dos textos. Por fim, o “contexto da prática”, é a arena política em que os textos das políticas são interpretados e traduzidos na prática. Significações e ressignificações são operadas pelos intérpretes dos textos políticos, emprestando, adaptando e reordenando entendimentos e práticas com base nas tradições locais (pessoais, territoriais e institucionais). Noutras palavras, é no contexto da prática que a política é atuada, ou seja, quando a palavra escrita é convertida em ação. (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL, 1994; BALL; MAGUIRE; BRAUN; 2016)

Na próxima seção abordaremos os achados correspondentes ao contexto de influência e o contexto de produção do texto. Na seção subsequente, trataremos dos achados relacionados ao contexto da prática. Por fim, nas Considerações Finais trataremos das perspectivas, limites e desafios da docência no período marcado pela pandemia da Covid-19, baseados no estudo.



O JOGO POLÍTICO NA RMEF E A PANDEMIA DA COVID-19: ANALISANDO O “CONTEXTO DE INFLUÊNCIA” E O “CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE TEXTO”

Os dois primeiros casos de pessoas infectadas pela Covid-19 em Santa Catarina foram registrados em Florianópolis, no dia 12 de março de 2020, semanas após o primeiro registro confirmado no Brasil, em 25 de fevereiro (R7, 2020). Considerando a evolução do contágio, a capacidade hospitalar existente para a assistência à saúde e as recomendações e ordenamentos jurídicos voltados à prevenção da transmissão e o tratamento dos infectados, na capital catarinense emergiu um amplo conjunto de leis, decretos, resoluções, portarias e programas. Neste estudo, privilegiamos os documentos afetos ao setor educacional no âmbito da municipalidade.

O Decreto Municipal n. 21.340/2020, de 13 de março de 2020 (FLORIANÓPOLIS, 2020a), inaugura o conjunto de medidas políticas tomadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) para a mitigação da propagação da Covid-19. Convergente às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), em linhas gerais, este decreto estabeleceu um conjunto de medidas sanitárias como: a) permanência das pessoas do grupo de risco em seus domicílios; b) limitação de público na realização de eventos de massa ou o cancelamento/adiamento nos casos que divergissem desta orientação; c) medidas de higiene e limpeza nos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos (uso de álcool gel 70%, máscaras, luvas e restrição de uso de bebedouros públicos); d) suspensão por 14 dias das aulas nas diferentes redes do Sistema de Ensino no Município⁴; e) recomendação de que a iniciativa privada e o poder público implantassem medidas de redução dos funcionários nos locais de trabalho por meio do teletrabalho; e f) a suspensão dos prazos administrativos em processos e atos de infração na esfera pública. Assim, a partir deste decreto inaugural, considerando as medidas para o setor educacional, houve basicamente prorrogações sucessivas dos prazos de suspensão das atividades educativas presenciais como evidenciamos nos seguintes decretos municipais: Decreto n. 21.347/2020 (FLORIANÓPOLIS, 2020b), Decreto Municipal n. 21.354/2020 (FLORIANÓPOLIS, 2020d), Decreto n. 21.368/2020 (FLORIANÓPOLIS, 2020e), Decreto n. 21.444/2020 (FLORIANÓPOLIS, 2020f), Decreto n. 21.569/2020 (FLORIANÓPOLIS, 2020g) e, por fim, o Decreto n. 21.692/2020 (FLORIANÓPOLIS, 2020h), que estabeleceu a suspensão por tempo indeterminado das atividades escolares presenciais.

Foi considerando o agravamento da pandemia no Brasil que a PMF, por meio do Decreto Municipal n. 21.352/2020 (Florianópolis, 2020c), em 17 de março de 2020, declarou situação

⁴ As aulas presenciais foram suspensas em 17 de março de 2020, medida que também foi adotada pelo governo estadual catarinense no dia 19 de março.

anormal, caracterizada como “situação de emergência”. Aspectos emblemáticos deste marco normativo foram: a) a criação da “Sala de Situação” para monitorar as ações de enfrentamento à pandemia Covid-19, com representação governamental e não governamental intersetorial, sob a coordenação do prefeito municipal; b) adoção de novos procedimentos na gestão orçamentária e financeira municipal (dispensa de licitação para a aquisição de bens, materiais, equipamentos e serviços); e c) a definição de um conjunto de protocolos de prevenção e tratamento de pacientes infectados com a Covid-10 no setor da saúde.

Face ao contexto pandêmico inicial, em 19 de março de 2020, em primeira manifestação, o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEESC) publicou a Resolução CEESC n. 009/2020 (CEESC, 2020a), que dispôs sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais para fins do cumprimento do calendário letivo de 2020 no estado de Santa Catarina. Inicialmente, a suspensão das atividades escolares presenciais foi definida por um prazo de trinta dias, a contar de 19 de março de 2020, sendo prorrogado até 31 de dezembro de 2020, nos termos da Resolução CEESC n. 049/2020, de 22 de junho de 2020 (CEESC, 2020b), a qual também reconheceu a possibilidade do sistema híbrido (mescla de aulas presenciais e não presenciais) no currículo escolar.

A Resolução CEESC n. 009/2020, nos termos do Art. 3º., determinou que os gestores deveriam: a) planejar, elaborar e socializar com toda a comunidade escolar as atividades pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas excepcionalmente; b) viabilizar materiais de estudo e aprendizagem com fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares; c) desenvolver videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes; d) inserir orientações sobre as medidas sanitárias contra a disseminação da Covid-19; e) registrar a frequência e rendimento dos estudantes (notas ou conceitos em boletins escolares) para o cômputo como aula e cumprimento do ano letivo de 2020; e f) a previsão de que a não realização das atividades não presenciais deverá ser reprogramada como reposição ao fim da pandemia. Além disso, a Resolução em tela deliberou aos Conselhos Municipais de Educação catarinenses a decisão de seguir na íntegra suas disposições ou editar novas disposições, contudo, observando a similitude necessária nos termos do regime de colaboração do federalismo brasileiro.

Ressaltamos que em 31 de março de 2020, em parceria com empresas do setor tecnológico local, a PMF iniciou o envio automático de SMS, utilizando dados disponíveis em bases do próprio governo, para avisar quem morasse até 200 metros de pessoas contagiadas pelo coronavírus. O objetivo foi monitorar pacientes confirmados para garantir que se cumprisse o isolamento social. Essa iniciativa foi ampliada para outros municípios catarinenses logo em seguida. (MARTINS; MÜELLER, 2020)

Alinhada à Resolução CEESC n. 009/2020, em 03 de abril de 2020, a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (SMEF) publicou a Portaria SMEF n. 156/2020 (SMEF, 2020a). Este documento normativo instituiu as atividades não presenciais para a RMEF e a codificação de frequência para os profissionais da educação, além de acrescentar três aspectos diferenciais em relação às disposições estaduais: o primeiro, previsto no Art. 3º, § 2º, estabelecendo que as instituições educativas que dispusessem de Professor Auxiliar de Tecnologia Educacional poderiam contar com a assessoria do Departamento de Tecnologia Educacional para a organização e manutenção dos ambientes virtuais de aprendizagem; o segundo é referente ao Art. 4º que estabeleceu que na educação infantil caberia ao Diretor Escolar a organização do trabalho em observância com as orientações indicadas pela Diretoria de Educação Infantil; e finalmente, o terceiro é atinente ao previsto no Art. 3º, inciso II, que criou o Portal Educacional da SMEF (SMEF, 2020b). Referente ao Portal Educacional, trataremos mais detidamente na próxima seção deste artigo. Assim, as aulas não presenciais, denominadas “aulas remotas”, foram iniciadas na RMEF em 04 de abril de 2020, enquanto o governo estadual iniciou em 06 de abril.

A publicação da Portaria SMEF n. 156/2020 provocou tensões com o Conselho Municipal de Educação de Florianópolis (CMEF) que culminaram na publicação de uma Nota de Esclarecimento em sua página do *Facebook*, no dia 08 de abril de 2020. Segundo a Nota (CMEF, 2020), atos normativos afetos ao sistema municipal de ensino de Florianópolis são de sua competência, razão pela qual, o órgão solicitou a revogação dos Art. 2º. ao Art. 6º. da referida portaria. Além disso, recomendou que as unidades educativas “na medida de suas possibilidades e condições objetivas” promovessem atividades presenciais de caráter complementar no ensino fundamental e formassem “orientações às famílias com materiais lúdicos para as crianças” na educação infantil. Por fim, o documento recomendou que, após a passagem da pandemia, o CMEF e a SMEF realizassem uma discussão coletiva com os diferentes segmentos ligados à educação escolar para estabelecer um plano “respeitável” de retomada às aulas e de reposição dos conteúdos escolares com os estudantes, o que não aconteceu.

Esta tensão entre o CMEF e SMEF assumiu lugar na mídia local, caracterizada por argumentos e contra-argumentos entre os representantes dos dois órgãos de Estado, espraiando-se ao Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Municipal de Florianópolis (Sintrase) que se manifestou denunciando que em fluxo estava um “golpe escancarado contra o conselho de educação”. Nas palavras do Sintrase, publicadas na sua página do *Facebook*, em 20 de abril de 2020:

Gean faz isso para confundir a categoria e, de quebra, passar por cima do Conselho Municipal de Educação (CME) de forma autoritária e chantagista. A Secretaria de Educação declarou guerra ao CME após este se posicionar de maneira independente.



Com posse da narrativa em todas as mídias hegemônicas, o governo ataca pesado na imprensa, acusando injustamente o conselho de jogar contra a população. É importante que façamos sempre o exercício de ouvir os dois lados. O CME tem apresentado notas e esclarecimentos, inclusive para a Câmara de Vereadores. Ele é o órgão responsável por normatizar as 800 horas e está em trabalho acelerado para fazê-lo, indicando que as atuais iniciativas não precisam ser paradas por conta desse processo. O Executivo e a base de Gean na Câmara, no entanto, depois de enrolarem por semanas, agora tem pressa para atropelar o conselho, os trabalhadores, o diálogo e o fim do isolamento. (SINTRASEM, 2020)

Diante das tensões e impasses, em 22 de abril de 2020, a Câmara Municipal de Florianópolis (CMF) aprovou a Lei Municipal n. 10.701/2020 (CMF, 2020), ratificando as medidas preconizadas na Portaria SMEF n. 156/2020 em alinhamento com às definições estabelecidas entre o conjunto de municípios que compõe a GrandFpolis⁵. De acordo com essa lei, de abrangência no âmbito da RMEF, nos termos do Art. 1º foi autorizado o “regime especial de atividades de aprendizagens não presenciais” com o uso de tecnologias digitais, num contexto marcado pelo isolamento social e o fechamento das instituições educativas. Nesta perspectiva, as atividades não presenciais poderiam ser utilizadas para fins de validação da carga horária mínima anual exigida para o cumprimento do ano letivo de 2020. Além disso, o Art. 2º. previu a prorrogação dos contratos dos profissionais da educação substitutos, cujo prazo de extinção se realizasse durante o período da pandemia, desde que tais profissionais atuassem no regime especial de atividades não presenciais.

Ao longo do estudo constatamos um conjunto de evidências reveladoras. A primeira delas é que em nossas buscas nas redes sociais, onde estão aninhadas diversas unidades educativas da RMEF, identificamos que além do Portal Educacional, as unidades educativas utilizaram como meios de comunicação com as famílias e os estudantes o *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram*, *Meet*, e-mails e telefonemas. A segunda, por sua vez, é que a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis (SMSF) informou o registro, no dia 07 de julho de 2020, do primeiro caso confirmado da Covid-19 em pessoa que fez *check-in* em estabelecimento por meio do sistema de *QR Code*⁶ (LAURINDO, 2020). A terceira, por fim, está relacionada ao fato de que em 24

⁵ A GranFpolis é a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, vinculada à Federação Catarinense dos Municípios (FECAM). Foi criada em 26 de março de 1969. Tem como objetivo central promover o desenvolvimento integrado da região, estando sediada no município de Florianópolis. Atualmente, 22 municípios integram a entidade. (GrandFpolis, 2020).

⁶ O sistema *QR Code* foi criado por meio de uma parceria entre a PMF e a empresa Smart Tour, gerenciadora do sistema. O objetivo foi monitorar contatantes caso algum dos frequentadores recebessem diagnóstico positivo. Os cadastros foram feitos pelos próprios usuários e deveriam ser realizados antecipadamente pelo link <covidometrofloripa.com.br/qrcode> onde é solicitado e-mail, telefone, e outros dados pessoais para identificação do usuário. Destaca-se que o registro era anônimo e a identificação era feita por meio de códigos. Os estabelecimentos comerciais, por sua vez, deveriam gerar um *QR Code* na plataforma on-line, no link <<https://smartrtourbrasil.com.br/smart-tracking-qrcode>>. Na sequência era possível fazer o download do *QR Code*



de agosto de 2020, a SMEF iniciou a veiculação de orientações e atividades escolares por meio do canal aberto da TV Câmara, numa parceria com a CMF (ND Notícias, 2020).

Destacamos que até a conclusão deste estudo, no final do ano de 2020, no âmbito do município de Florianópolis não havia protocolos ou regramentos específicos relacionados ao retorno das atividades presenciais. Como a SMEF se pronunciou, a retomada das aulas presenciais não tinha data prevista, apesar de que já haveria um plano de retomada pronto e não publicizado, porém, aguardando a liberação da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis (SMSF) (PARAIZO, 2020).

Como evidenciamos, desde o surgimento dos primeiros casos de infectados pela Covid-19 em Florianópolis, um amplo conjunto de medidas foi adotado pela PMF com a finalidade de conter a disseminação da pandemia, por meio de documentos políticos. As análises sobre estes documentos demonstram, sobretudo a partir do mês de abril de 2020, convergências com outros regramentos emanados dos governos municipais da região da Grande Florianópolis, do governo estadual, do CEESC e do Conselho Nacional de Educação (CNE). Conjuntamente, essas medidas municipais afetaram os diferentes setores da vida social, seja nos aspectos administrativos e jurídicos da burocracia estatal, seja nos campos econômico, educacional, assistencial, saúde, mobilidade, dentre outras, revelando um pioneirismo no âmbito do território catarinense no que concerne às medidas de mitigação e de supressão da pandemia.

No campo educacional, três diretrizes foram emblemáticas: 1) suspensão das aulas presenciais nas redes de ensino pública e privadas, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino; 2) implantação das aulas remotas por meio do uso das tecnologias digitais; e 3) criação do Portal Educacional.

Na proposição das medidas municipais em Florianópolis, constatamos a antecipação e protagonismo da PMF em relação às manifestações e regulamentações dos governos federal e estadual, do CNE, do CEESC, do CMEF e mesmo da GranFpolis. Esta constatação desvelou a fragilização do regime de colaboração brasileiro - que vem se deslocando de um “federalismo cooperativo”, nos termos preconizados na Carta Magna, para um “federalismo centrífugo”, tal como argumenta Cury (2010) – resultante, sobretudo, da incapacidade de gestão, articulação e coordenação do governo federal e do MEC na crise da pandemia da Covid-19, especialmente no setor educacional. Ademais, foi possível identificar similitudes com as práticas adotadas em outros contextos do planeta, como revelam os estudos organizados por Agamben et al. (2020).

gerado e a imagem deveria ser impressa colorida e afixado na entrada do estabelecimento. Este mesmo sistema também foi implantado posteriormente nos ônibus do sistema público de transporte da capital.



Como destacou o documento intitulado “Posicionamento sobre o Parecer do CNE que trata da Reorganização dos Calendários Escolares durante a pandemia”, formulado por entidades representativas do campo educacional:

[...] o Governo Federal e o MEC, na contramão das exigências do momento, ignoram seu papel na coordenação das políticas educacionais em articulação com os entes federados e ratificam sua política de desmonte do setor educacional ao desconsiderar o PNE e não anunciar ações estratégicas para educação, setor já penalizado por cortes orçamentários e outras medidas restritivas, nos últimos anos. (ANPED, 2020, s/p)

Se por um lado a pandemia da Covid-19 revelou as fragilidades do regime de colaboração no Brasil, por outro lado também revelou a crise do multilateralismo em escala global, pela nítida fragilização da capacidade da OMS em coordenar e articular globalmente as soluções para este problema contemporâneo. Como pondera Ferreira (2018, s/p), a “crise do multilateralismo” tem se agravado na correlação com as crises dos sistemas locais de governo, sobretudo quando as instituições do Estado são colocadas em suspeição na intermediação entre os interesses dos atores não-estatais e Organizações Internacionais (OI's). Disto resulta a percepção da ineficiência e incapacidade do multilateralismo em produzir bens públicos internacionais, adensando as tensões, contradições e disputas entre o contexto internacional e o contexto local. Agravando essa situação, a emergência do “regionalismo”, operado com relativo sucesso por meio de processos de integração econômica, em muitos casos tem se sobreposto à atuação e à legitimação das OI's.

Na arena política de Florianópolis as tensões e disputas foram recorrentes, sobretudo aquelas alavancadas por interesses econômicos dos setores do comércio, serviços e do transporte público que buscaram influenciar as decisões no sentido do afrouxamento das medidas de isolamento social e de restrição das atividades econômicas. Além disso, como podemos identificar nas mídias locais ao longo do ano de 2020, a atuação de atores negacionistas e conservadores em resistência às medidas de mitigação da contaminação foi constante, seja através de notas e moções públicas, seja através de manifestações realizadas por meio de carreatas, uma tendência também observada em outros estados da federação.

Com relação aos efeitos das medidas de suspensão das aulas presenciais e a implantação das aulas remotas com base no uso do Portal Educacional, foi possível inferirmos que o Direito à Educação para todos, nos termos do que prevê o ordenamento jurídico e as políticas educacionais, encontravam-se em suspeição. Afinal, parcelas significativas dos estudantes estavam impossibilitadas do acesso à internet, aos computadores e smartphones para participar das aulas, contribuindo para o acirramento das desigualdades educacionais, econômicas e sociais, apesar das tentativas de entrega de atividades impressas nas instituições educativas, sem as efetivas condições de acessibilidade a todos.



A DOCÊNCIA NA RMEF E A PANDEMIA DA COVID-19: EVIDÊNCIAS DO “CONTEXTO DA PRÁTICA”

Como referimos na seção anterior, o Portal Educacional⁷, instituído pela Portaria SMEF n. 156/2020 (SMEF, 2020a), configurou-se como a principal estratégia política adotada para o desenvolvimento das aulas remotas na RMEF durante o contexto da pandemia. É resultante de uma decisão centralizada do governo municipal local, tendo em vista as evidências sobre as tensões que se travaram entre a SMEF, o CMEF e o Sintrasem. Ademais, em nossas buscas o que se vislumbrou foi a ausência de vestígios ou indícios sobre a participação dos docentes na discussão para a sua criação inicial. Fato é que, para dirimir os tensionamentos, a portaria supracitada deu origem à projeto de lei específico e posterior aprovação (CMF, 2020), legitimando-a em sua íntegra. Diante disto, inferimos que houve articulações céleres do governo municipal no parlamento municipal para sua aprovação e, por derivação, na supressão das resistências e dos potenciais argumentos em torno da irregularidade das medidas propostas.

O Portal Educacional foi organizado segundo as etapas e modalidades da educação básica ofertadas, onde estão as atividades propostas aos estudantes e às famílias. Estas atividades foram pensadas, produzidas e postadas pelos professores da RMEF. Além disso, há ícones/*links* onde estão inseridas atividades pedagógicas relacionadas aos programas e projetos pedagógicos específicos da SMEF, atividades pedagógicas propostas pelas instituições conveniadas à SMEF e um espaço destinado aos professores onde estão alojados tutoriais para produção de vídeo aulas, projetos colaborativos e cursos, bem como, um *link* com a plataforma Avamec. Destacamos, ainda, que no Portal Educacional há *links* que dirigem o usuário diretamente para cada uma das unidades educativas de ensino fundamental onde é possível acessar às atividades propostas, bem como, postar os trabalhos realizados pelos estudantes. (SEMEF, 2020b)

Aspecto revelador é a contradição da SMEF no que se refere à criação e desenvolvimento do Portal Educacional, ou seja, os professores são aliçados das discussões sobre a sua criação, evidenciando uma postura centralizadora, contudo, são considerados protagonistas no seu desenvolvimento, contando inclusive com a assessoria da área de tecnologias educacionais do respectivo órgão, explicitando uma postura democratizante.

Privilegiar o protagonismo dos professores na produção e publicação das atividades curriculares, ao invés de comprar pacotes ou plataformas educacionais do *edu-business*, como foi o caso de muitos municípios e estados brasileiros, demonstrou uma postura inovadora e deslindou um desafio sem precedentes para a docência no tempo presente. O desafio de ressignificar os saberes e as experiências constitutivos da tradição educacional que se acumulou

⁷Está disponível em <<https://sites.google.com/prod/sme.pmf.sc.gov.br/portaleducacional>> e hospedado no Portal da PMF.



por várias gerações e, concomitantemente, mobilizar os ‘novos’ saberes da cibercultura na sua profissionalidade, legitimando-se como intelectuais dedicados à educação. Como argumenta Prieto Castillo (2014, p. 49):

Um intelectual que se preze não só recorre a outras vozes para fazer pedagogia, mas também desenvolve a sua, produz uma obra e propõe para promover e acompanhar aprendizagens. Um intelectual que só repete o que os outros disseram não cumpre seu papel de educador, porque menospreza sua palavra, apesar de tê-la, apesar de suas experiências, de sua prática, de sua história pessoal, do que viveu no dia a dia com seus alunos e colegas.

Focalizando no ensino fundamental, nosso recorte de estudo, é possível identificar no Portal Educacional um conjunto de seções que englobam um vasto espectro de artefatos tecnológicos para subsidiar as atividades curriculares. Ressaltamos, em virtude do nosso objetivo de estudo, que nossa intenção não foi analisar o conteúdo destes artefatos especificamente, mas alcançar uma visão panorâmica do que se instituiu. Isto posto, a seguir elencamos as seções e os artefatos correspondentes:

- 1) **Educa Floripa na TV** – repositório com a programação exibida diariamente no canal da TV Câmara de Florianópolis. Há um *link* disponível para que os professores possam sugerir temáticas e/ou conteúdos a serem produzidos e exibidos.
- 2) **Se liga nas lives!** – repositório com *lives*, organizado em duas abas. Na aba “Aula do Mundo Real” estão disponíveis *lives* realizadas com professores que ministraram aulas em diferentes locais históricos de Florianópolis, nas embarcações da Escola do Mar e em diversos ecossistemas locais. Na aba “Lives de Sexta”, estão disponíveis as *lives* realizadas todas às sextas-feiras, com a participação de palestrantes e convidados, tanto da RMEF como externos.
- 3) **Podcast** – disponibiliza os endereços eletrônicos das rádios virtuais do programa Educa Floripa da SMEF, Rádio EJA, Rádio PMF e demais rádios das unidades educativas da RMEF.
- 4) **Eventos** – disponibiliza uma listagem atualizada de eventos político-pedagógicos programados (formativos) no campo educacional e disponibiliza vídeos de eventos já concluídos.
- 5) **Escola do Mar (EMAR)** – divulga a organização político-pedagógica das ações e projetos desenvolvidos na EMAR.
- 6) **Departamento de Alimentação Escolar (DEPAE)** – disponibiliza um conjunto de orientações técnicas e pedagógicas referente à alimentação escolar dos estudantes.
- 7) **Espaço do Professor** – repositório com cursos e tutoriais relacionados ao uso das tecnologias digitais na educação, voltados para a formação continuada dos docentes.



- 8) **Espaço Maker** – repositório com projetos desenvolvidos pelos professores de tecnologia educacional das unidades educativas da RMEF. Em geral, há orientações detalhadas, na forma de passo a passo, para que os estudantes possam desenvolvê-los, replicando-os ou recriando-os.
- 9) **Inclusão já!** – repositório com atividades, áudios, livros, livros com acessibilidade, aplicativos, textos e jogos que abordam as diferenças e a diversidade humana.

Como vemos, o Portal Educacional se expressa como uma complexa rede de aprendizagem virtual para os estudantes, os professores e as famílias e que coloca em jogo a colaboração, a participação, a criação coletiva e o ativismo cidadão. Olhar reflexivamente para esta rede de aprendizagem nos remeteu à figura do “peregrino” suscitada por Bauman (2003), ou seja, para o peregrino tanto o sentido como a identidade só são possíveis como projetos, como descontentamento com o aqui e o agora e como utopia e esperança que direcionam para outras situações, apesar de todas as ambiguidades. Entretanto, são nestas ambiguidades que reside o velho, mas também onde emerge a semente do novo que ainda não nasceu em toda sua potencialidade.

Este novo espaço educativo, comunicativo por excelência como podemos depreender em diversos estudiosos (APARICI, 2014, FREIRE, 1987, 2003, MARTÍN-BARBERO, 2014), escancara que o espaço educacional e comunicacional já não é mais enredado por encontros que requerem corpos reunidos, mas por conexões, interconexões e mobilidades que produzem novas formas de ser e estar juntos, engendrando novas percepções, sentimentos e formas de pertencimento num mundo marcado pela diferença.

Nesta direção, concordamos com Martín-Barbero (2014, p. 145. *Grifos do autor*):

[...] as tecnologias digitais nos expõem que a verdadeira brecha não é técnica, mas a ‘brecha cognitiva’, essa que começa a ser comprometida pela pluralização das *figuras da razão* (CHARTON, 1996), revelando a cumplicidade mantida há mais de um século entre o monoteísmo racionalista do cientificismo – sua universalidade etnocêntrica – e o mercantilismo que a rentabiliza.

O estudo de caso sobre a RMEF foi emblemático para evidenciar que as críticas açodadas à escola pública brasileira e à docência nas últimas décadas - sobretudo por aqueles associados ao ideário da Nova Gestão Pública e suas tecnologias de performatividade, gerencialismo e governança – são frágeis e retóricas se considerarmos o contexto da prática. Os professores, no momento de crise e incertezas provocadas pela pandemia da Covid-19, foram inovadores e demonstraram seu compromisso político e ético com a educação. Apesar das mazelas na formação sobre os usos das tecnologias digitais e dos saberes da cibercultura na educação, das fragilidades dos parques tecnológicos nas unidades educativas e das próprias limitações em suas experiências de vida com o uso de artefatos tecnológicos digitais, os professores foram



capazes de colocar em movimento um projeto educativo interativo e intercultural, mantendo os vínculos entre a escola, os estudantes e as famílias.

Desenvolvendo um novo espaço de aprendizagem, os professores promoveram interações sociais que potencializaram diferentes modalidades de escrita e leitura (verbal, imagética, musical, gestual, digital, dentre outras), mobilizando expressões e conversações criativas entre os cidadãos, bem como formas de participação política. Esse deslizamento dos saberes da docência, que colocou em suspeição as hierarquias prepotentes, revela um componente libertário. Libertário porque foi possível inferirmos o empoderamento dos professores sobre o hipertexto em que se interconectam e interagem saberes e fazeres, leituras e escritas, ética e estética, sentimentos e percepções, enfim, onde se reúne e se forja o sentido político da docência e da cidadania. Esse hipertexto, do nosso ponto de vista é o lugar onde é possível “tornar-se presença” (BIESTA, 2013), ou seja, o lugar onde todos somos desafiados a mostrar quem somos, qual a posição que ocupamos na sociedade contemporânea e colaborar na construção de uma “inteligência coletiva” (LÉVY, 2003).

Esse posicionamento dos professores da RMEF guarda uma íntima relação com a tendência evidenciada globalmente, tal como expõe Nóvoa (2020, p. 9):

[...] as melhores respostas à pandemia não vieram dos governos ou dos ministérios da educação, mas antes de professores que, trabalhando em conjunto, foram capazes de manter o vínculo com os seus alunos para os apoiar nas aprendizagens. Em muitos casos, as famílias compreenderam melhor a dificuldade e a complexidade do trabalho dos professores.

Contudo, inferimos que tais mudanças não foram tranquilas e sem efeitos no bem-estar e na qualidade de vida dos docentes, principalmente, quando correlacionamos esta experiência com outros estudos desenvolvidos sobre esta temática (GATTI, 2020; OLIVEIRA; SANTOS, 2021; VASCONCELOS; ASTIGARRAGA, 2021). Enfrentar as incertezas e o medo frente ao desconhecido - onde os tempos e os lugares educativos assumiram novos formatos e contornos, principalmente, quando o lar dos docentes se metamorfoseou em *home office* e rompeu os limites entre o público e o privado no campo do trabalho – a consequência imediata para muitos foi o estresse e o adoecimento mental em decorrência da sobrecarga de trabalho. Como evidenciou a pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia”, realizada pelo Gestrado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em 2020, 82% dos docentes engajados no ensino remoto tiveram aumento das horas de trabalho em comparação ao tempo empregado na preparação das aulas presenciais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo evidenciou o pioneirismo da PMF, no âmbito do território catarinense, em estabelecer medidas de contenção da pandemia da Covid-19, seja por meio da instituição da “sala de situação”, da criação dos sistemas de monitoramento *QR Code* e *SMS* e do estabelecimento do isolamento horizontal e vertical com seus respectivos protocolos sanitários, em sentido mais amplo, seja na suspensão das atividades educativas presenciais, no estabelecimento do ensino remoto e na criação do Portal Educacional, sob o protagonismo dos profissionais da educação da RMEF, em sentido específico.

As análises sobre o processo político em Florianópolis ao longo do ano de 2020, fizeram emergir importantes revelações: a) as fragilidades do regime de colaboração brasileiro e a crise do multilateralismo, com suas respectivas tensões e disputas; b) a ausência de coordenação do governo federal na produção, execução e avaliação de um plano político intersetorial, orgânico e articulado para o combate à pandemia no Brasil e a garantia do Direito à Educação; d) as medidas restritivas operadas em Florianópolis, por meio de tecnologias de controle do Estado, reconfiguraram as identidades dos sujeitos e as relações de poder (estudantes, profissionais da educação, famílias e a sociedade como um todo estavam sujeitados a estas tecnologias e relações de poder); e e) as repercussões das novas medidas no campo educacional, no contexto pandêmico, demandam aos pesquisadores na educação o seu escrutínio e desvelamento.

Além disso, a mirada e os argumentos dos governos e empresários para o retorno das atividades educativas presenciais - num cenário onde os números de contágios e óbitos era alarmante e o Programa Nacional de Vacinação caminhava a passos lentos – retratam precisamente uma perspectiva neoliberal, com matiz conservador e negacionista frente ao conhecimento científico. Como argumenta Raposo (2020), estes governos e empresários têm demonstrado a nítida defesa de uma lógica de sociedade produtivista, meritocrática e idólatra da austeridade econômica que se combina com uma classe política resistente a devolver a riqueza dos impostos ao povo pagante num momento de extrema necessidade.

Com os resultados e reflexões suscitadas neste estudo e concordando que “[...] eventos como a pandemia desnudam a fonte e a origem das desigualdades, cuja atenuação requer políticas intensivas [...]” (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, p. 566) no tempo presente, a seguir propomos um conjunto de questões e desafios que, do nosso ponto de vista, são cruciais para o campo da Política Educacional e da docência, de modo a enfrentar e combater as desigualdades e seus correspondentes obstáculos para a formação integral dos estudantes e a construção de uma nação efetivamente comprometida com a democracia e a justiça social.

Em primeiro plano, destacamos a urgência de se ampliar e assegurar os investimentos orçamentários e financeiros em educação, nas diferentes esferas administrativas, face aos impactos que uma educação de qualidade social pode proporcionar na retomada do



desenvolvimento da sociedade, em alinhamento com as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Em segundo plano, ressaltamos a necessidade de formulação de programas educacionais específicos, como: a) programas de aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI); b) programas de aquisição de recursos tecnológicos digitais (computadores, smartphones, conectividade e logística); c) programas de acolhimento às comunidades escolares face aos impactos nocivos da pandemia da Covid-19 no estado de bem-estar individual e coletivo; d) programas de formação continuada para os profissionais da educação atuarem nos novos contextos de ensino e aprendizagem; e) programas de ampliação da jornada escolar com reorganização dos tempos e ambientes educativos; f) programas de financiamento de pesquisas na educação básica para realização de diagnósticos educacionais interseccionais e proposição de medidas efetivas complementares com base no conhecimento científico; g) produção de protocolos de segurança para o retorno e funcionamento das atividades educativas presenciais, numa perspectiva intersetorial e com foco nas peculiaridades dos diferentes contextos; e h) programas de busca ativa dos estudantes evadidos e chamada pública dos estudantes para o retorno à escolarização presencial.

Por fim, é inelutável reconhecermos que a pandemia da Covid-19 nos interpelou a refletir sobre o papel político, ético e estético da educação escolar e da docência na vida das sociedades contemporâneas. Diante dos desafios que emergiram, ao lado de tantos outros até então já existentes, é necessário e inalienável pensarmos e escrevermos coletivamente o futuro. Um futuro que presume percorrermos um labirinto, com complexas interconexões e interligações, que considere no horizonte de expectativas o fato de que não são apenas os aparatos técnicos e gerencialistas que nos desafiam, mas as incertezas da emergência de outros modos de estarmos juntos - de ensinarmos e aprendermos, de nos tornarmos presença num mundo marcado pelas diferenças e a diversidade - e que requer fundarmos uma outra sociabilidade e uma outra sensibilidade comprometidas a emancipação humana. Percorrer esse caminho exige que a educação escolar, a docência e a sociedade sejam debatidas na arena pública da democracia, afinal, é na dimensão pública que a palavra é e necessita ser exercida como condição basilar para falarmos, fazermos e escrevermos a história.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. et al. **Sopa de Wuhan**. e-book. ASPO, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/sopadewuhan>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Posicionamento sobre o Parecer do CNE que trata da Reorganização dos Calendários Escolares durante a pandemia**. 2020. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/posicionamento-sobre-o->



parecer-do-cne-que-trata-da-re organizacao-dos-calendarios-escolares>. Acesso em: 04 set. 2020.

APARICI, Roberto (org.). Trad. Luciano Menezes Reis. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.

BALL, Stephen J. **Education reform: A critical and post-structural approach**. Busckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**. Atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. Do peregrino a turista, o una breve história de la indentidad. In: HALL, Stuart; DU GAY, Paul. (orgs). **Cuestiones de identidade cultural**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

BIERNATH, André. Quais as semelhanças entre a Covid-19 e outras pandemias do passado. **VEJA**, Saúde, São Paulo, 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/blog/tunel-do-tempo/semelhancas-covid-pandemias-passado/>>. Acesso em: 05 set. 2020.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming education & changings schools: case studies em Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.

CEESC. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. **Resolução CEE/SC n. 009/2020**, de 19 de março de 2020. Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19). 2020a. Disponível em: <<http://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/educacao-basica/outras-modalidades-de-ensino/educacao-basica/educacao-basica-ensino-especial-resolucoes/18-12-resolucao-2020-009-cee-sc-2>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

CEESC. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. **Resolução CEE/SC n. 049/2020**, de 22 de junho de 2020. Dá nova redação ao art. 2º e revoga o § 4º do art. 3º da Resolução CEE/SC nº 009/2020 e aplica ao Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina o disposto no Parecer CNE/CP nº 5/2020. 2020b. Disponível em: <<http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/normas-de-enfrentamento-ao-covid-19/1850-resolucao-200-049-cee-sc>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

CIMERMAN, Sérgio. et al. Profundo impacto do COVID-19 na saúde da América Latina: o caso do Brasil. **Braz J Infect Dis**, Salvador, v.24, n.2, p. 93-95, mar./abr. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-86702020000200093&script=sciarttext>>. Acesso em: 06 set. 2020.

CMEF. Conselho Municipal de Educação de Florianópolis. **Facebook**, 04 set. 2020. Disponível em:



<<https://www.facebook.com/conselhoeducacaoflorianopolis/photos/a.1675601659376706/2687425341527661/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

CMF. Câmara Municipal de Florianópolis. Lei Municipal n. 10.701, de 22 de abril de 2020. Autoriza o regime especial de atividades de aprendizagens não presenciais para a educação básica da rede municipal de ensino de Florianópolis, para fins de validação da carga horária mínima anual exigida para o cumprimento do ano letivo de 2020, em consonância com a prevenção da pandemia do coronavírus (covid-19) e dá outras providências. **Diário Oficial Municipal**, Florianópolis, n. 2675, p. 1, 22 abr. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão Federativa e a Educação Escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 149-169. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/educacao_federalismo.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

FERREIRA, Guilherme. A crise do Multilateralismo e as lições para os processos de integração regional. **Observatório de Regionalismo**, Campinas, 16 out. 2019. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2019/10/16/a-crise-do-multilateralismo-e-as-lico-es-para-os-processos-de-integracao-regional/>>. Acesso em: 04 set. 2020.

FLORIANÓPOLIS. Gabinete do Prefeito. Decreto Municipal n. 21.340, de 13 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Florianópolis, n. 2646, p. 2-3, 13 mar. 2020a.

FLORIANÓPOLIS. Decreto Municipal n. 21.347, de 16 de março de 2020. Altera o decreto nº 21.340, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Florianópolis, n. 2647, p. 1-4, 16 mar. 2020b.

FLORIANÓPOLIS. Decreto Municipal n. 21.352, de 17 de março de 2020. Declara situação anormal, caracterizada como situação de emergência no município de Florianópolis, em razão da pandemia decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19), o avanço das infecções no Brasil e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Florianópolis, n. 2648, p. 3-4, 17 mar. 2020c.

FLORIANÓPOLIS. Decreto Municipal n. 21.354, de 18 de março de 2020. Aprimora as medidas de enfrentamento ao covid-19, altera o decreto nº 21.340, de 2020, suspende os efeitos do decreto nº 12.374, de 2013, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Florianópolis, n. 2649, p. 10-11, 18 mar. 2020d.



FLORIANÓPOLIS. Decreto Municipal n. 21.368, de 27 de março de 2020. Prorroga as medidas de enfrentamento ao covid-19 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Florianópolis, n. 2657, p. 2, 27 mar. 2020e.

FLORIANÓPOLIS. Decreto Municipal n. 21.444, de 12 de abril de 2020. Prorroga as medidas de enfrentamento ao covid-19, altera o Decreto n. 21.340, de 2020, suspende os efeitos do decreto n. 12.374, de 2013, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Florianópolis, n. 2667, p. 2, 12 abr. 2020f.

FLORIANÓPOLIS. Decreto Municipal n. 21.569, de 15 de maio de 2020. Consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Florianópolis, n. 2690, p. 5-9, 15 maio. 2020g.

FLORIANÓPOLIS. Decreto Municipal n. 21.692, de 30 de junho de 2020. Fortalece medidas de enfrentamento ao covid-19 dispostas no Decreto n. 21.569, de 2020 e alteradas pelo Decreto n. 21.673 e 21.674, de 2020. **Diário Oficial do Município**, Florianópolis, n. 2722, p. 1-2, 30 jun. 2020h.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTI, Bernadete Angelina. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos avançados**, v. 34, n. 100, p. 21.49, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxhf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

GRANDFPOLIS. Associação dos Municípios da Grande Florianópolis. **Institucional**. 2020. Disponível em: <<https://www.granfpolis.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/43178>>. Acesso em: 04 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/pesquisa/13/5908>>. Acesso em: 07 set. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística do Censo Escolar**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <<https://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse>>. Acesso em: 07 set. 2020.

ISTO É. **Macron declara “guerra” ao coronavírus e impõe confinamento quase total na França**. 16 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/macron-declara-guerra-ao-coronavirus-e-impoe-confinamento-quase-total-na-franca/>>. Acesso em: 05 set. 2020.

LAURINDO, Jean. Florianópolis registra primeiro caso de coronavírus em pessoa que se cadastrou por QR Code. Saúde. **NSC Mais**, Florianópolis, 09 mar.2020. Disponível em:



<<https://www.nsctotal.com.br/noticias/florianopolis-registra-primeiro-caso-de-coronavirus-em-pessoa-que-se-cadastrou-por-qr-code>>. Acesso em: 07 set. 2020.

LÉVY, Pierri. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MARTINS, Valéria.; MÜLLER, Paulo. Envio de SMS para avisar quem mora perto de pessoas com coronavírus começa a funcionar em Florianópolis. **G1 SC**, 01 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/04/01/envio-de-sms-para-avisar-quem-mora-perto-de-pessoas-com-coronavirus-comeca-a-funcionar-em-florianopolis.ghtml>>. Acesso em: 06 set. 2020.

ND NOTÍCIAS. **Florianópolis**: TV Câmara começa a exibir conteúdos didáticos aos alunos da rede municipal de ensino. Florianópolis, 24 ago. 2020. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/educacao/florianopolis-tv-camara-comeca-a-exibir-conteudo-s-didaticos-aos-alunos-da-rede-municipal-de-ensino/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

NÓVOA, Antonio. A pandemia de Covid-19 e o futuro da Educação. **Revista Com Censo**, v. 7, n. 3, ago.; 2020. Disponível em: <<http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/905/551>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

OLIVEIRA, Erik Cunha; SANTOS, Vera. Adoecimento mental docente em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.4, p. 39193-39199, abr. 2021. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/28307/22408>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio - Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 555-578, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v28n108/1809-4465-ensaio-28-108-0555.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PALHARES, Isabela. Fechadas a três meses, escolas repensam formato para retomar aulas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2020. Equilíbrio e Saúde. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/fechadas-ha-tres-meses-escolas-repensam-formato-para-retomar-aulas.shtml>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

PARAIZO, Lucas. Prefeituras estudam protocolos e volta às aulas na Grande Florianópolis ainda é incerta. **NSC Total**. Educação. 10 set. 2020. Disponível em: <<https://nsctotal.com.br/noticias/prefeituras-estudam-protocolos-e-volta-as-aulas-na-grande-florianopolis-ainda-e-incerta>>. Acesso em: 16 set. 2020.



PRIETO CASTILLO, Daniel. Construir nossa palavra de educadores. In: APARICI, Roberto (org.). Trad. Luciano Menezes Reis. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 45-58

RAPOSO, Marco. Covid- 19 e o necessário fim do ano letivo. **Terapia Política**, 03 jul. 2020. Disponível em: <https://terapiapolitica.com.br/2020/07/03/covid-19-e-o-necessario-fim-do-ano-letivo/?fbclid=IwAR16WjE_Hlm4AdCSuxCym_yy94mieOrIIK_KSkS4Z1Sp6knMOa4ACaVf0InY>. Acesso em: 08 jul. 2020.

R7. **Santa Catarina confirma dois casos de coronavírus; Brasil tem 83**. Saúde. 12 mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/saude/santa-catarina-confirma-dois-casos-de-coronavirus-brasil-tem-83-12032020>>. Acesso em: 07 set. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronei; ALMEIDA, Cristóvão Domingues de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/0>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SINTRASEM. Sindicato Dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis. **Gean se aproveita dos ACTs para tentar atropelar conselho de educação**. Prefeitura ignora CME e quer aprovar projeto que condiciona emprego dos ACTS ao trabalho remoto. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/sintrasem/photos/a.1409375102675055/2716257778653441>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SMEF. Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Portaria SME n. 156/2020, de 01 de abril de 2020. Dispõe sobre a codificação de frequência para os profissionais do magistério e civil da secretaria municipal de educação de Florianópolis conforme decreto 21.347/2020, normatiza as atividades não presenciais e dá outras providências. **Diário Oficial Municipal**, Florianópolis, n. 2662, p. 7, 03 abr. 2020a.

SMEF. Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. **Portal Educacional**. 2020b. Disponível em: <<https://sites.google.com/sme.pmf.sc.gov.br/portaleducacional/esp%C3%A7o-do-professor?authuser=0>>. Acesso em: 17 set. 2020.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. Dossiê gripe espanhola no Brasil. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-99, jan./abr. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n1/05.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2020.

UJVARI, Stefan Cunha. Pandemias. **A humanidade em Risco**. São Paulo: Contexto, 2011.

VALADARES, Marcelo. Coronavírus faz educação a distância esbarrar no desafio do acesso à internet e da inexperience dos alunos. **O Globo**, São Paulo, 23 mar. 2020. Educação. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/23/coronavirus-faz-educacao-a-distancia-esbarrar-no-desafio-do-acesso-a-internet-e-da-inexperience-dos-alunos.ghtml>>. Acesso em: 05 jul. 2020.



Revista Docência e Ciberultura

VASCONCELOS, Paula Martins Farias; ASTIGARRAGA, Andréa Abreu. Prática Docente, Experiência Formadora, Ensino Remoto em Tempos de Covid-19. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá Carvalho. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 25, p. 1-4, 2020. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n5/e00068820/pt>>. Acesso em: 04 set. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.